

-----ATA N.º 2-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS -----

-----Aos três dias do mês de abril de 2018, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1 – Proposta n.º 5/AM/2018 – Projeto de Regimento da Assembleia Municipal de Torres Vedras;-----

----- 2 – Proposta n.º 17/AM/2018 - Tomada de posição perante o Ministério da Saúde, sobre a persistente ausência de resposta em termos de cuidados primários de saúde, como o demonstra o Aviso n.º 3023-A/2018 publicado no Diário da República a 6/03; -----

----- 3 – Proposta n.º 14/CM/2018 - Discussão e votação da proposta de plano de investimentos para a construção e remodelação dos Centros Educativos - 2017/2021; -----

----- 4 - Contratação de empréstimos de médio e longo prazo para Centros Educativos: -----

----- 4.1- Proposta n.º 15/CM/2018 - Financiamento da conceção/construção dos centros educativos do Turcifal e A-dos-Cunhados, até ao montante de €6.098.900,00; -----

----- 4.2 - Proposta n.º 16/CM/2018 - Financiamento da conceção/construção do centro educativo da Povia de Penafirme, até ao montante de €2.073.580,00; -----

----- 5 - Proposta n.º 13/CM/2018 - Projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Encosta de São Vicente na Cidade de Torres Vedras; -----

----- 6 - Contratação de empréstimos de médio e longo prazo no âmbito do PEDU: -----

----- 6.1 - Proposta n.º 17/CM/2018 - Financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no âmbito do PEDU, até ao montante de € 559.564,21; -----

----- 6.2 - Proposta n.º 18/CM/2018 - Financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no âmbito do PEDU – aquisição de equipamento, até ao montante de € 239.185,79; -----

----- 7 - Proposta n.º 19/CM/2018 - 2.ª Revisão ao orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2018; -----

----- 8 - Programa de regularização extraordinária de vínculos precários na Câmara Municipal de Torres Vedras: -----

8.1 - Proposta n.º 12/CM/2018 - Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2018 - Afetação do posto de trabalho criado de assistente técnico na DGAU/AAFEV-GRT para DGAU/AAFEV; -----

----- 8.2 - Proposta n.º 20/CM/2018 - Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2018 - Criação de 3 postos de trabalho de assistente operacional

(sapador florestal);-----

----- 9 – Designação de Júris: -----

----- 9.1 - Proposta n.º 21/CM/2018 - Procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão Administrativa da Câmara Municipal de Torres Vedras; -----

----- 9.2 - Proposta n.º 22/CM/2018 - Procedimento concursal de recrutamento para os cargos de direção intermédia de 2.º grau – chefes de divisão, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento; -----

----- 10 - Proposta n.º 23/CM/2018 - Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos - Fornecimento de Energia Elétrica para as instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN), Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT), por lotes ao abrigo do Acordo Quadro da OesteCim n.º 1/2016; -----

----- 11 - Proposta n.º 24/CM/2018 - Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos - Aquisição de serviços para elaboração do projeto da Biblioteca Municipal e Museu do Brinquedo de Torres Vedras;-----

----- 12 - Proposta n.º 25/CM/2018 - Autorização para alteração dos compromissos plurianuais aprovados pela Assembleia Municipal em 08/09/2017 - Aquisição de serviços de locação financeira – concurso público – na sequência do processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas 98/2018; -----

----- 13 - Proposta n.º 26/CM/2018 - Desafetação do domínio público municipal e afetação ao domínio privado municipal de parcela de terreno sita em Caixeiros, Freguesia de Silveira;-----

----- 14 - Tomada de conhecimento de atos administrativos praticados ao abrigo de delegação de competências:-----

----- 14.1 - Proposta n.º 15/AM/2018 - Afetação de bens ao domínio público municipal (CM de 06/03/2018);-----

----- 14.2 - Proposta n.º 16/AM/2018 - Autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. -----

-----Presidiu o Sr. José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário). -----

----- Estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, António Carlos Nunes Carneiro, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Rui José Prudêncio, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Maria Teresa Lopes de Oliveira, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João Pedro

Alves Pimentel Duarte Gomes, Ana Paula Mota, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luis, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Mário João Rodrigues Matias, Ana Isabel Marques Fiéis e Paulo Dinis Faustino Valentim. -----

----- Faltou Francisco João Pacheco Martins. -----

----- Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores Laura Maria Jesus Rodrigues, Marco Henrique Claudino, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luis Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Maria João Pinho Ribeiro, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Cláudia Sofia Horta Ferreira. -----

----- Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O primeiro Secretário, Sr. António Fortunato leu a correspondência recebida pela mesa, tendo o documento sido numerado e rubricado, o qual irá ficar arquivado em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

-----Anota-se que foram numerados quatro documentos que a seguir se indicam:-----

DOCUMENTO 1:-----

----- E-mail da Grupo Parlamentar “Os Verdes” de 22 de março, a remeter pergunta dirigida ao Ministério das Finanças sobre falta de apoios às Juntas de Freguesia, para o serviço de entrega das declaração de IRS. -----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI 169/99, DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 2:-----

----- E-mail de Vitor José dos Santos Fernandes, de 21 de março, a participar a sua ausência nesta sessão da assembleia, o qual, por indicação do líder da bancada será substituído por Ana Isabel Marques Fiéis que se encontrava presente.-----

DOCUMENTO 3:-----

----- E-mail de Renata Simões, de 2 de abril, a solicitar por motivo de saúde, a sua substituição para esta sessão da Assembleia. -----

----- Foi convocado e encontrava-se presente Paulo Dinis Faustino Valentim. -----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:-----

DOCUMENTO 4:-----

----- Carta de Ana Paula dos Santos Mota, de 7 de março a solicitar a justificação de falta às

reuniões de 27 e 28 de fevereiro, por motivos de saúde. -----

---- Por indicação do líder da bancada o Sr. Presidente da Mesa informou o Presidente da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, por impossibilidade de estar presente, seria substituído por Mário Matias.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

---- O Sr. Presidente da Mesa informou que iriam discutir as duas moções que tinham sido previamente distribuídas a todos os membros. -----

MOÇÃO: DEFINIÇÃO DE METODOLOGIA E FIXAÇÃO DE INCENTIVOS PARA ATRAÇÃO DE MÉDICOS PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO ÂMBITO DA MEDICINA GERAL E FAMILIAR NAS UNIDADES DE SAÚDE DE TORRES VEDRAS: -----

---- “Na sequência da constituição de uma Comissão Eventual de Saúde, constituída por deliberação da Assembleia Municipal de Torres Vedras, em 12 de dezembro de 2017, foram realizadas várias diligências, nomeadamente uma reunião conjunta com o senhor presidente da Câmara e com a senhora Vereadora Ana Umbelino e uma reunião com o diretor do ACES Oeste Sul, Dr. António Martins, para além dos ofícios, dirigidos às entidades competentes, reclamando a justa e cabal resolução da situação de enorme e carência de médicos de família no concelho de Torres Vedras (são precisos 6 médicos para os cerca de 10.000 torrienses sem médico de família).

---- Na primeira reunião da Comissão Eventual, realizada em 19 de dezembro de 2017, o Presidente da Câmara, Carlos Bernardes, informou sobre o estado da arte da Saúde em Torres Vedras, partilhou as intenções da autarquia nessa matéria e, em resposta à solicitação para que o município assumisse uma atitude proativa em relação tutela, nomeadamente no que dizia respeito grave carência de médicos de família, ficou de solicitar urna reunião com o senhor Ministro da Saúde. -----

---- Na reunião com o diretor do ACES Oeste Sul, Dr. António Martins, foram arguidas as razões para o profundo descontentamento com a grave carência de médicos de família no nosso concelho e foram pedidas soluções para a mesma. O diretor do ACES Oeste Sul reafirmou que aguardava pela abertura do concurso da «época especial» e comprometeu-se a solicitar a abertura de todas as vagas necessárias para Torres Vedras. -----

---- Na mesma reunião, o diretor do ACES Oeste Sul, explicitou os procedimentos competentes para colocação de médicos: o Concurso Anual Nacional, com uma época normal (usualmente em maio) e outra especial (usualmente entre outubro e dezembro), em que são abertas vagas por ACES/Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados; a Mobilidade (a pedido dos interessados); o Convite a médicos especialistas aposentados (por iniciativa do ACES/ARS); a Avença com médicos que podem não ser especialistas (da competência da ARS sob proposta do ACES). Relativamente à avença (contrato com a duração máxima de um ano civil, podendo ser renovado),

clarificou, a nosso pedido, que a proposta para a sua celebração pode ser da iniciativa da autarquia, desde que a mesma indique o(s) médico(s) interessados. Confinou que existem autarquias com programas que visam a atribuição de incentivos à captação e colocação de médicos através de avença. -----

----- Finalmente, a 6 de março de 2018 é publicado o Aviso de Abertura do Concurso para recrutamento dos médicos para as unidades funcionais dos agrupamentos de centros de saúde. Apesar de todas as diligências e supostos «compromissos», verificou-se o inacreditável: ao ACES Oeste Sul foram atribuídas: 1 vaga para Torres Vedras (com 9986 utentes sem médico de família) e 2 vagas para Mafra (com 10595 utentes sem médico de família).-----

----- Face ao exposto, e em paralelo com todas e quaisquer ações conducentes à exigência de imediata reparação de tão insólita e injusta atribuição de vagas para a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Torres Vedras, cabe à autarquia, à semelhança do que faz, e bem, noutras áreas de intervenção social, assumir uma posição proativa, extraordinária, no sentido de assegurar, efetivamente, a alocação dos médicos necessários para suprirem as necessidades das nossas populações, nomeadamente as mais idosas, as mais isoladas e as mais pobres. -----

----- No sendo humanamente defensável que continuemos a aguardar pela fixação de vagas, que não foram fixadas apesar dos esforços da Assembleia Municipal e do Presidente da Câmara, há que definir, desde já, um mecanismo transitório e extraordinário para resolver no curto prazo o grave problema dos torrienses que no têm médico de família. -----

----- Atendendo a que: a) é possível a ARS celebrar contratos de avença, com a duração de um ano civil, com médicos que tendo feito o ano comum no entraram para a especialidade, -----

----- b) o procedimento de pedido de celebração de avença é da responsabilidade do diretor do ACES Oeste Sul, -----

----- c) o pedido deve ser formulado com indicação do(s) médico(s) interessados na celebração do referido contrato, -----

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em 3 de abril de 2018, delibera solicitar ao Executivo Municipal que elabore e ponha em marcha um procedimento, urgente, transitório e extraordinário, que defina a metodologia e a fixação de incentivos para atração de médicos dispostos a exercer funções no âmbito da Medicina Geral e Familiar nas Unidades de Saúde de Torres Vedras onde a carência, atendendo às características das populações, é mais premente.---

----- Os proponentes, -----

----- Grupo Municipal do PPD/PSD e Grupo Municipal do CDS/PP. -----

----- A **Sra. Rita Sammer** começou por lembrar que na sessão ordinária de 12 de dezembro do ano transato apresentaram uma moção, que suscitou algumas dúvidas quanto à seleção das vagas, tendo sido dito que o problema era a sua fixação e precisavam de ver essas vagas fixadas porque

assim haveria médicos. Foi com este argumento que a moção não foi aprovada.-----

---- Nessa sequência, e na sequência da constituição da comissão eventual de saúde, reuniram com o director do ACES Oeste Sul onde ficou clarificada a questão das vagas e dos concursos e também dos mecanismos que a Câmara teria ao seu dispor para ajudar a ultrapassar esse constrangimento. -----

---- Quando se verifica que o concurso agora lançado dispõe para Torres Vedras de uma vaga, o que é inaceitável, pensa que, a par de todas as outras diligências que irão fazer, cabe ao município ter uma postura ativa na resolução deste problema.-----

---- Salientou que a questão da avença é uma possibilidade que o ACES tem, por competência da ARSLVT, ou seja celebrar contratos com a duração máxima de um ano com médicos não especialistas, suprimindo uma necessidade do concelho. -----

---- A ideia seria a Câmara Municipal poder definir um mecanismo de incentivos, transitório e extraordinário, porque o director do ACES Oeste Sul foi claro e só propõe a constituição de avenças se eles propuserem nomes de médicos disponíveis para aceitar. -----

---- O **Sr. Rui Prudêncio** disse ter ouvido com atenção e ficou surpreendido com o facto de ter sido dito que o director do ACES Oeste Sul abre vagas quando a Câmara Municipal indicar nomes de médicos. -----

---- Acha que é subverter todo o Serviço Nacional de Saúde.-----

---- Compete ao ACES convidar médicos e até agora não viu isso. Custa-lhe a crer que seja por qualquer tipo de incentivo que a autarquia dê e ainda têm que ir procurar médicos. Isto é competência do SNS, não é da Câmara Municipal. -----

---- É verdade que existe a possibilidade da ARSLVT convidar médicos para determinados locais, lançando o repto para que façam que essa proposta para Torres Vedras. Os médicos não vêm por falta de incentivos, o problema é a falta de vagas e por não as abrirem. -----

---- A **Sra. Rita Sammer** respondeu que o director do Aces Oeste Sul não abre vagas, já que as mesmas são abertas por concurso a nível nacional. Quanto à colocação de médicos e tal como refere a moção, há quatro figuras que podem ser utilizadas para colocar médicos nos centros de saúde, sendo uma delas a constituição de avenças, quando há uma proposta de um médico para ser celebrada, e é aqui que pode caber o papel da autarquia.-----

---- Não há razão nenhuma para que não use dos mesmos critérios que usa na intervenção social que faz no apoio social e na educação, para poder ajudar a alocar médicos onde são mais necessários. -----

---- Disse ainda que há outras autarquias que usam esta figuram, nomeadamente Mafra.-----

---- Por último questionou se o Ministro da Saúde já concedeu ao Presidente da Câmara a dita reunião. -----

-----O **Sr. Rui Prudêncio** interveio no sentido de reafirmar que o director do ACES não deve passar para a autarquia a competência de andar à procura e de fazer convites aos médicos. Também não vão antecipadamente colocar em orçamento uma determinada verba, que ficará cativa durante um ano à espera de “boa vontade” do Diretor do ACES. -----

-----Primeiro as instituições do SNS devem resolver estas questões e depois cá estarão para aquilo que for necessário. -----

-----O **Sr. Pedro Castelo** frisou que em causa não está inverter o espírito da questão, nem antecipar nenhuma verba. A autarquia tem tido um papel social em diferentes vertentes e também aqui pode dar uma ajuda. -----

-----Acha que tem havido um esforço notável por partes dos Presidente de Câmara e Assembleia na tentativa de pôr este problema na ordem do dia e de certa maneira “pressionar” quem de direito. -----

-----No entanto há condições que têm criadas e se tiverem um regulamento, estão a tomar uma posição dianteira. -----

-----Disse que tem havido um esforço de todas as forças da políticas para que este problema seja resolvido e não percebe a resistência do PS para inviabilizar esta moção. -----

-----A **Sra. Rita Sammer** questionou como se legitima que a Câmara Municipal se substitua ao Ministério da Educação quando contrata monitoras e se substitua ao Ministério da Segurança Social quando investe na habitação social, etc. Acha que há neste assunto qualquer coisa que os ultrapassa. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que este era um tema sobre o qual se sente muito confortável. -----

-----Lembrou que em dezembro de 2015 recebeu uma herança pesada nesta área, com 30 mil utentes torrienses sem médicos de família, um problema grave, que colocou na sua agenda, tendo nos últimos dois anos conseguido reduzir para 10 mil. -----

-----Assegurou que a autarquia, em conjunto com o Sr. Diretor do ACES Oeste Sul, tem vindo a fazer um esforço significativo junto das entidades responsáveis e trabalhado nos procedimentos competentes para colocação de médicos de família, enunciados na moção. -----

-----Como referido na moção a constituição de avenças é possível, mas a Câmara Municipal de Torres Vedras não vai dar qualquer tipo de incentivo, porque entendem que os médicos devem ser tratados todos de igual forma. -----

-----No entanto podem contar com o Presidente da Câmara para dar melhores condições físicas para os médicos virem trabalhar no concelho e é isso que têm vindo a fazer. -----

-----Fez notar que faltam 7 a 8 médicos no território, e estão a trabalhar com a Administração

Central dos Sistemas de Saúde, no sentido de serem abertas mais vagas. Tendo presente que este mês mais especialistas terminam o seu curso, seria fundamental abrir agora os concursos para fazer face a este défice.-----

---- Lembrou que em 6 de março, no regime especial foi atribuída uma vaga à Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Torres Vedras, e no ano transacto foram colocados 6 médicos de família. -----

---- Reafirmou que estão pressionar o Ministério da Saúde no sentido de abrir vagas de imediato, mas não vão contar com a autarquia para terem um regulamento de um regime de incentivos. Se o Sr. Diretor do ACES Oeste Sul tem essa faculdade das avenças, então que trate das mesmas e terá o apoio da autarquia. -----

---- O Presidente da Mesa, **Sr. José Augusto de Carvalho**, lembrou sobre a informação do Diretor do ACES Oeste Sul, que hoje todos os membros tiveram acesso, em que demonstra que houve uma evolução positiva de 2016 para 2018, mas não pode iludir que presentemente há 10 mil utentes sem médico de família assim como o facto de serem vítimas de uma discriminação gravosa que não é igual em todo o país. -----

---- Pediu também para intervir a **Sra. Teresa Oliveira**, fazendo notar que há duas sessões atrás o PCP votou contra, porque entenderam que o problema de ausência de médicos de família não passa por dar incentivos a médicos para trabalharem num concelho que fica a 40 km de Lisboa, pelo que vão votar contra novamente. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** pediu a palavra para informar que está aguardar resposta ao pedido de reunião que fez ao Sr. Ministro da Saúde desde o dia 26 de fevereiro.-----

---- O **Sr. Pedro Castelo** sugeriu que a reunião fosse extensível ao Senhor Ministro das Finanças.

---- Não se registaram mais intervenções e passou-se de imediato à votação.-----

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 26 votos contra, 10 votos a favor e 3 abstenções reprovou a moção em título.-----

MOÇÃO: “PROJETO DE EXPANSÃO DO METRO DE LISBOA”:-----

---- “Nas últimas semanas veio a público com maior intensidade o projeto que já tinha sido apresentado há cerca de um ano da criação da Linha Circular do Metropolitano de Lisboa, aproveitando os troços das atuais linhas Amarela e Verde. -----

---- A ideia da criação da Linha Circular, apresentada publicamente em 8 de maio de 2017, surgiu no mesmo momento do anúncio da empreitada de ligação entre o Rato e o Cais do Sodré. A implementação desse novo traçado, que inclui outras obras, far-se-á através da junção do troço entre o Campo Grande e o Rato, da atual Linha Amarela, com o troço entre o Cais do Sodré e o Campo Grande, da atual Linha Verde.-----

---- O projeto obrigará ainda a obras para garantir a ligação da estação de Telheiras — hoje o

término da Linha Verde — Linha Amarela, da qual passará a ser a última estação para quem vem de Odivelas. -----

----- Quando estiver terminada, a intervenção alterará de forma radical a configuração da rede atual, com os comboios da Linha Circular (Verde) a assumirem-se como distribuidores de passageiros pelo centro de Lisboa em forma circular, conforme abaixo se exemplifica: -----

----- A alteração de traçado do mapa do Metropolitano de Lisboa que o Governo e o Metro pretendem implementar em 2021 obrigará a milhares de pessoas que hoje entram no centro de Lisboa sem qualquer mudança de linha que o tenham de fazer futuramente no Campo Grande. ----

----- A situação prevista poderá desincentivar o uso do metro para os milhares de passageiros que entram em Lisboa para trabalhar diariamente pelo seu lado norte. -----

----- Os Vereadores do PSD demonstraram na última reunião de Câmara, no passado dia 20 de março, a preocupação com o projeto a implementar pois “vai haver um retrocesso na chegada ao centro de Lisboa” por cidadãos que cheguem de transportes públicos à capital pelo norte da cidade, tendo em conta que “vai haver uma linha circular e a Linha Amarela do Metro já não vai até ao Marquês de Pombal”. -----

----- Posteriormente, na mesma sequência, o município de Torres Vedras considerou que a criação de uma linha circular do Metro de Lisboa e o encurtamento da Linha Amarela atrasam a chegada ao centro da capital de cidadãos oriundos do norte do distrito. -----

----- De acordo com declarações do Presidente da Câmara de Torres Vedras à Lusa, “A linha circular vem atrasar a chegada de cidadãos ao centro da capital e não vem responder ao fluxo de pessoas que entram em Lisboa ”vindas dos concelhos do norte do distrito de Lisboa. -----

----- Os presidentes da Câmara Municipal de Odivelas (PS) e de Loures (CDU) de forma idêntica, também já demonstraram publicamente a sua insatisfação perante o projeto apresentado pois o mesmo irá dificultar o acesso dos seus munícipes ao centro de Lisboa. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Torres Vedras apresenta ao Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa e ao Governo, nomeadamente, ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, o seu desagrado e insatisfação perante o projeto apresentado e a ser implementado em 2021, visto que esta alteração do Metro será prejudicial para os milhares de torrienses que diariamente se deslocam para Lisboa. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata, -----
----- 3 de abril de 2018.” -----

----- Foi dada a palavra ao membro **Marta Geraides** que fez uma breve apresentação da moção, que tem estado na agenda política dos concelhos com mais proximidade a Lisboa, da parte norte, e que visa um problema que todos partilham, uma vez que, apesar de o projecto em causa ter sido aprovado há um ano, apresenta agora uma grande alteração que torna a linha verde numa linha

circular. -----

---- Entendem que a Assembleia Municipal deve também manifestar publicamente insatisfação com o novo projecto do Metro. -----

---- O **Sr. Rui Prudêncio** interveio no sentido de informar que o mapa apresentado está errado e a proposta não é esta. Disponibilizou-se para facilitar o mapa correto. -----

---- Disse ainda que esta alteração afeta os torrienses assim como todos os cidadãos que se deslocam a Lisboa, e sabendo que foi um assunto discutido em sede de Executivo gostaria de saber a posição do edil. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que se trata de uma matéria importante para os territórios a norte de Lisboa. -----

---- A moção tem toda a pertinência, mas julga que têm que ir um pouco mais além no conceito de mobilidade que querem na região Oeste em relação à área metropolitana de Lisboa. -----

---- A visão da autarquia vai no sentido de que a linha amarela seja prolongada até ao Infantado, município de Loures, onde seria criado um interface intermodal em várias dimensões. Por um lado o metro e por outro uma futura linha do Oeste. A ligação deverá ser Malveira/Infantado com Terminal Rodoviário, chegada do metro e chegada da Linha do Oeste nesse mesmo ponto, com parque de estacionamento nesse local para Lisboa não ter tanta carga a nível do transporte individual. -----

---- Trata-se de um assunto que têm discutido na OesteCIM e na CCDRLVT, tendo em vista o novo quadro de fundos comunitários. -----

---- O **Sr. Sérgio Jacinto** registou com apreço a evolução no discurso do edil, pois ainda recentemente tiveram um fórum de discussão sobre a Linha do Oeste em que o traçado Malveira/Lisboa/Torres Vedras era uma coisa para 25 ou 30 anos e fica feliz por verificar que já estão a discutir essa possibilidade de traçado. -----

---- A **Sra. Rita Sammer** disse que o mapa está correto. Está assinalado a verde tracejado a substituição da linha amarela pela linha verde, ou seja linha amarela vai ser encurtada e o troço do Campo Grande ao Rato e passa a constituir-se como linha verde sendo essa imagem que consta. -----

---- O **Sr. Luis Carlos Lopes** reiterou a intervenção do colega Sérgio Jacinto. -----

---- Também esteve presente no fórum onde apresentaram a discussão pública do novo traçado da Linha do Oeste, tendo sido falado que se tentaria manter o traçado antigo, com nova iluminação e fica contente porque o edil disse que é eminente. -----

---- Lembrou que nessa sessão de esclarecimento o edil também disse que não se vão desviar, para novos traçados senão não se faz nada e agora entrou em contradição com o que disse há 15 dias atrás. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** interveio para manter a coerência da sua apresentação nessa

sessão de esclarecimento onde se focou na “Modernização da Linha do Oeste” que era o tema em discussão.-----

----- No entanto estão a trabalhar no novo ciclo de quadros comunitários, onde faz questão que este assunto fique consignado, e têm que ver o problema como um todo e em conjunto com os municípios envolvidos. -----

----- Nesse sentido disse que era fundamental que a moção incluía o prolongamento da linha até ao Infantado, e que possa consignar o início dos estudos da Linha do Oeste, entre Malveira e o Infantado.-----

----- Não se registaram mais intervenções e passou à votação da moção. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 38 votos a favor e 1 abstenção aprovar a moção em título com o seguinte aditamento:-----

----- “Neste contexto deverá ser considerada uma visão estratégica de mobilidade sustentável, no sentido de ser criado no Infantado (Município de Loures) um terminal intermodal, com estação de metro (Linha Amarela) terminal rodoviário de passagem, zona de estacionamento de transporte individual, bem como a construção de um novo traçado da Linha do Oeste entre Malveira e o Infantado.-----

----- As propostas apresentadas devem constar no plano de investimento de fundos comunitários 2021/2017”. -----

MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO OESTE: -----

----- O **Sr. Vale Paulos** manifestou a sua satisfações com as boas notícias que receberam, e que têm por objectivo o benefício do concelho de Torres Vedra, referindo-se concretamente à recente sessão de esclarecimento no âmbito da discussão pública do projecto em título, apresentada pelo edil e pelo Vereador Hugo Lucas, no passado dia 19, neste auditório. -----

----- Deu nota que a referida modernização abrange um troço ferroviário com 87 Km, entre Caldas da Rainha e Meleças/Sintra, mas quer acreditar que constituiu a 1.ª fase de um desejável e novo traçado directamente de Lisboa, através da Malveira até Loures/Infantado como referido pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Deu nota ainda que esta modernização incluiu electrificação, nova sinalização e sistema de telecomunicações, bem como a renovação das estações e apeadeiros existentes e sobretudo supressões das passagens de nível. -----

----- Por último assinalou que se prevê uma redução substancial do tempo de transporte para Lisboa e o aumento diário no número de comboios de passageiros de 8 para 24. -----

----- O **Sr. João Pedro Gomes** louvou a existência de um projecto para modernizar a linha em causa, mas no seu entender o mesmo não serve os interesses da região Oeste, havendo apenas cerca de 18 km de via dupla e principalmente voltar a entrar em Lisboa pelo Linha de Sintra é um

erro histórico que se vai cometer o qual irá custar mais de 100 milhões de euros -----
---- Considera fundamental, tal como o edil disse, fazer a ligação Malveira/Infantado, e que seja quanto antes.-----
---- Manter este traçado é um erro histórico que não vai favorecer as populações. -----
---- O **Sr. Sérgio Jacinto** disse que há uma evolução positiva no discurso do edil com o qual se congratula. O traçado Torres Vedras/Malveira/Infantado é uma certeza que trouxe hoje e não trouxe no já referido fórum. -----
---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse esperar que este projecto de modernização seja uma realidade.-----
---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESTRADA NACIONAL 9:-----

---- O **Sr. Vale Paulos** também considerou boa notícia o anúncio da requalificação do troço da EN9 com 13 km entre Torres Vedras e a Merceana, mérito desta Assembleia Municipal que se manifestou em várias moções de protesto e de indignação devido ao péssimo estado que se encontra aquele piso e sobretudo o mérito do Sr. Presidente da Câmara, que devido à sua contínua insistência junto à tutela, conseguiu antecipar todo o processo em cerca de um ano, englobando o período de discussão pública e lançamento de concurso internacional.-----
---- São obras estruturantes há muito desejadas e reclamadas pelas populações locais que irão abrir novas janelas de oportunidade para investimento, proporcionando mais desenvolvimento económico para a região para o concelho e principalmente para o interior de Torres Vedras, com as quais se congratula e deseja a sua mais rápida realização.-----
---- O **Sr. Pedro Castelo** lamentou que o edil do ponto de vista rodoviário, não tenha sido eficaz como a nível ferroviário senão teriam uma antecipação na EN9. -----
---- O **Sr. Presidente da Câmara** lembrou que o governo PSD/CDS tinha no seu cronograma iniciar o procedimento administrativo em 2019, obra em 2020/2021, que conseguiram antecipar para 2018 e obra para 2019. -----
---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

DESTINOS MAIS SUSTENTÁVEIS DO MUNDO:-----

---- O **Sr. Nelson Aniceto** deu nota que numa selecção dos destinos mais sustentáveis que foi efetuado por um júri composto por 12 organizações internacionais, de um total de 100 destinos a nível mundial, em que a qualidade, atratividade e sustentabilidade do turismo são traços que distinguem os 10 melhores destinos sustentáveis do mundo, o município de Torres Vedras e o Oeste de Portugal conquistaram, enquanto Quality Coast, o primeiro lugar na categoria de “Melhores Cidades, Comunidades & Cultura”, atribuído no âmbito do “Green Destinations” da ITB em Berlin. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** assinalou que os galardões que vão conquistando é trabalho meritório de todos os torrienses e é um motivo de orgulho a autarquia estar nos três primeiros municípios, com Aveiro e Viseu. No entanto têm que continuar a melhorar nalguns rácios. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

BLOOM CONSULTING – PORTUGAL CITY BRAND RANKING: -----

----- O **Sr. Nelson Aniceto** referiu-se ao ranking em título, que avalia o desempenho de marca dos 308 municípios na captação de novos investidores turísticos e novos residentes, para dar nota que Torres Vedras subiu para a 21.º posição e também subiu seis posições no ranking nacional de “Visitar” e assume o 18.º na dimensão “Viver” e 23.º em “Negócios, Emprego, Actividades de lazer e Alojamento, o que deve ser para eles um motivo de orgulho e regozijo.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROMOTORRES – DOCUMENTOS SOLICITADOS NA SESSÃO DE DEZEMBRO DE 2017: -----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto** disse que ainda continua à espera dos dados solicitados na sessão em epígrafe. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CONTROLO DE PRAGAS:-----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto** questionou o que pensa a autarquia fazer para controlar a população de pombos no centro da cidade, mais agora que o Convento da Graça foi restaurado e outros monumentos da cidade estão a sê-lo também. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CEMITÉRIO DE S. MIGUEL – FURTOS: -----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto** deu nota de ter tido conhecimento da ocorrência de furtos designadamente de ornamentos fúnebres e também a algumas pessoas que os visitam questionando se tem sido objecto de conversações com as forças policiais e que tipo de segurança está prevista para aquela zona. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou não ter conhecimento de furtos nos cemitérios e solicitou que o membro facilitasse mais informações para perceber o que está em causa. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LARGO DE S. PEDRO – ENCERRAMENTO AO TRÂNSITO:-----

----- Tendo presente as notícias que vieram a público hoje sobre as decisões do Executivo de a partir do dia 16 retirar todos os veículos do centro da cidade e torna-lo todo pedonal, o **Sr. Sérgio Jacinto** questionou se os comerciantes e os residentes desta zona foram consultados e não estará o município, com essa medida, a contribuir para desertificar ainda mais o centro da cidade durante o dia.-----

----- O **Sr. Rui Lopes** fez notar que a decisão em causa refere-se ao centro histórico da cidade. ---

----- Também o **Sr. Rui Prudêncio** solicitou que o edil prestasse mais esclarecimentos. -----
----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que o Executivo apresentou hoje uma proposta, que que engloba um conjunto de medidas no âmbito do plano de mobilidade que vão de encontro à pretensão dos comerciantes, habitantes e dos que usam a cidade.-----
----- Assim deu nota que irão ter transportes públicos na cidade, em que a linha verde vai passar pelo centro da cidade atravessando o Mercado Municipal, seguindo pela Rua Raimundo Porta até ao Terminal Rodoviário, e a criação de duas paragens.-----
----- Também fizeram o reajustamento de novas bolsas de cargas e descargas para os comerciantes, efetivaram a realocação de uma praça de táxis que não era utilizada, a nascente do mercado municipal, e interditaram a circulação rodoviária em frente à Igreja de São Pedro.-----
----- Disse que são medidas importantes que vão de encontro à pretensão das comunidades. -----
----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LIMPEZA DE TERRENOS FLORESTAIS: -----

----- O **Sr. Rui Lopes** lembrou que o Sr. Primeiro Ministro visitou o concelho e o edil disse que iriam alcançar os objetivos de acordo com o plano florestal que está em vigor e indagou sobre a possibilidade de fazer um balanço, agora que a fiscalização irá começar e questionou como tem decorrido em articulação com as juntas de freguesia e ainda se foram necessárias algumas medidas de proteção e quais estão a ser tomadas. -----
----- Também sobre este assunto pronunciou-se o **Sr. João Rodrigues**, no sentido de ser importante que a assembleia saiba como está a decorrer o processo de limpeza de terrenos, visto terem constatado que estão a ser cortadas árvores indiscriminadamente. -----
----- Questionou qual o trabalho que tem sido feito pelas juntas de freguesia e se consideram que as sessões de esclarecimento foram suficientes para a consciencialização das populações. -----
----- O **Sr. Presidente da Câmara** deixou uma nota de apreço aos presidentes de junta pelo trabalho profícuo que tem sido feito com os proprietários florestais, que começa a ser visto, no sentido de se gerir melhor os 10 mil ha de floresta existentes no concelho. -----
----- Deu nota ainda hoje foi apresentado ao Executivo um balanço da gestão florestal e perspectivas para a próxima década, o qual faz o enquadramento dos últimos 10 anos, informa sobre a estrutura municipal existente e os instrumentos municipais de planeamento e gestão florestal e dá nota das atividades desenvolvidas no âmbito da sensibilização florestal. -----
----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TRANSFORMA: -----

----- O **Sr. João Rodrigues** questionou qual o ponto de situação da Associação Transforma, tendo em conta que foi construída com financiamento e contrapartidas da autarquia e qual a solução prevista para a autorização colectiva e pública da mesma.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que estão a trabalhar para resolver o assunto. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MAPA FITOSSANITÁRIO – PRAÇA DA BATATA:-----

----- O **Sr. João Rodrigues** disse que ainda não tinha recebido o documento em título, que solicitou na sessão anterior e que solicitou igualmente por mail.-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** informou que iria averiguar e faria chegar o documento. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

14.º CAMPEONATO NACIONAL DE JOGOS MATEMÁTICOS: -----

----- A **Sra. Leonor Marinheiro** deu nota que no passado dia 16 de março, o Externato de Penafirme recebeu a grande final do campeonato em título, uma iniciativa da LUDUS, Sociedade Portuguesa de Matemática, e Associação Portuguesa de Professores de Matemática com o apoio do programa “Ciência Viva” e da Câmara Municipal de Torres Vedras. -----

----- Deu nota ainda que estiveram em jogo 1951 alunos, representantes de 435 escolas de todo o país desde o 1.º ciclo ao ensino básico e secundário. -----

----- Relevou a nível do secundário Francisco Reis, aluno do externato de Penafirme que foi um dos vencedores, tendo conquistado o 1.º lugar do “Jogo do Flume”.-----

----- Por último felicitou todos os envolvidos, desde os seus promotores, à organização e participantes pois todos contribuíram para abrilhantar este evento de qualidade pedagógica e educativa de excelência. É o caminho certo, deve continuar com o mesmo entusiasmo e sentido educativo que lhe reconhece. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** concorda que estão no bom caminho num trabalho que desenvolvem com parceiros destas áreas. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MOVIMENTO “ILUMINAR DE AZUL”:-----

----- A **Sra. Leonor Marinheiro** assinalou que o Agrupamento de Escolas Madeira Torres associou-se ao movimento “Iluminar de Azul”, promovido pela Associação “Vencer autismo”, iluminando de azul as escolas do agrupamento, assinalando no dia 2 de abril o dia mundial da consciencialização do autismo. -----

----- Congratulou-se pela iniciativa e deu os parabéns a todos os envolvidos.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara**, deu nota que a Câmara Municipal apoiou esta iniciativa contribuindo com a montagem das cores. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FORTE DO CASAL DA CRUZ (VARATOJO) DE DESTINO ESTRATÉGICO A DESTINO TRÁGICO – ARTIGO NO BADALADAS DE JORGE RALHA: -----

----- O **Sr. Pedro Castelo** aludiu a um artigo veiculado no Jornal Badaladas do dia 30 de março,

sobre o assunto em título, para questionar o edil sobre a veracidade da notícia referente ao descarregamento de resíduos por parte de trabalhadores da junta de freguesia, sobre a destruição de toda a relevância histórica e militar através da remoção e posterior deposição de pedras. -----

----- Sendo ou não a notícia verídica, inquiriu o que vai a Câmara Municipal de Torres Vedras fazer para requalificar o forte agora que há evidências das extremas negligências e grosseiras praticadas. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que não comentava artigos de jornais, mas acrescentou que a Divisão de Património Cultural está a analisar o processo com a Direção Geral do Património Cultural. -----

----- Pediu novamente a palavra o **Sr. Pedro Castelo** para fazer notar que não pediu ao edil que comentasse qualquer artigo de jornal, mas que comentasse duas afirmações que metem em causa o trabalho da autarquia. Compreende que não o queira fazer. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FREGUESIA DA PONTE DO ROL: -----

----- O **Sr. Pedro Vasa**, autarca da Junta de Freguesia de Ponte do Rol, começou por dizer que não sabia que existia uma relação estreita entre a Câmara, as juntas e os centros de saúde, dando nota que o CDP (Centro de Diagnóstico Pneumológico) instalou-se na Ponte do Rol e tem falado como o diretor do ACES Oeste Sul sobre o assunto mas agora percebeu que também pode falar com a Câmara para saber a sua posição. -----

----- A seguir disse, que tinha alguma dificuldade em perceber que não há massa quentes ou quase nenhuma, para fazer trabalhos nas freguesias, segundo informação dos serviços camarários. -----

----- Por último questionou se o IUC (Imposto Único Circulação), reverte 40% para a Câmara Municipal e não percebe a razão de não existir um rácio por freguesia para se fazer face a alguns problemas que possam ocorrer durante o ano, pois dois ou três carros de massas, fariam toda a diferença.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que a questão do CDP foi tratada com o anterior presidente de junta, mas estão a tentar arranjar uma solução para o problema evocado, junto do director do ACES Oeste Sul. -----

----- Quanto ao imposto informou que decorre da lei das finanças locais.-----

----- Deu nota ainda que hoje foi a reunião do Executivo um plano de investimento para a rede viária no valor de três milhões de euros até ao final do mandato, que virá á Assembleia Municipal para ser sufragado. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu início ao período da ordem do dia.-----

1 – PROPOSTA N.º 5/AM/2018 – PROJETO DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS: -----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia** lembrou que o documento em apreço foi presente na sessão anterior, tendo sido assumido o compromisso de o recolocar nesta sessão. -----

----- Salientou que foi um trabalho colectivo no seio da comissão permanente, tendo sido fruto de um esforço negocial importante, assinalando a colaboração técnica que receberam de colaboradores do município e que se revê neste projecto de regimento. -----

----- O **Sr. Rui Prudêncio** disse ter a certeza que este regimento será replicado por todo o país, noutras assembleias municipais. Foi um documento muito participado por todos e está muito completo. -----

----- Deixou uma palavra a todos os que participaram na sua elaboração, em que esteve bem patente o sentido de servir os interesses de quem os elegeu. -----

----- Não se registaram mais intervenções e passou-se de imediato à votação. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o projecto de regimento da Assembleia Municipal para o mandato de 2017/2021. -----

----- **Declaração de voto de Sérgio Jacinto**. -----

----- “Congratular-me com a aprovação deste regimento, que está certo, vai provavelmente fazer escola em outras Assembleia Municipais por esse país fora, um avanço claro na democracia e no pluralismo desta assembleia, que só peca por tardio, e finalmente todas as forças representadas nesta Assembleia Municipal, sejam uninominais ou plurinominais têm os mesmos direitos e deveres. Este momento é histórico e deve ser registado para a memória presente e futura. Estamos em abril e dentro de dias comemoramos 44 anos da revolução.” -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** informou que as votações dos restantes pontos agendados ocorreriam no final da sessão. -----

2 – PROPOSTA N.º 17/AM/2018 - TOMADA DE POSIÇÃO PERANTE O MINISTÉRIO DA SAÚDE, SOBRE A PERSISTENTE AUSÊNCIA DE RESPOSTA EM TERMOS DE CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE, COMO O DEMONSTRA O AVISO N.º 3023-A/2018 PUBLICADO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA A 6/03: -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** deu nota do trabalho meritório envolvendo as várias forças políticas, de tal modo que a moção agendada está subscrita pelos seis líderes das forças políticas ali representadas e leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- **“Moção – Somos Discriminados em Médicos de Família.** -----

----- De há vários anos que se vem verificando a falta de médicos, em especial, nos pólos ou extensões rurais do Centro de Saúde de Torres Vedras — médicos designados por médicos de família (MF). -----

----- As principais vítimas desta situação têm sido e continuam a ser as pessoas idosas e as de fracos recursos económicos. -----

----- Tínhamos, porém, o entendimento de que tal carência atingia generalizada e equilibradamente todo o território e, logo, todos os portugueses. -----

----- Puro engano. -----

----- Para nosso espanto e revolta, viemos a saber, há cerca de um ano, que a falta de MF no quadro nacional se baseia em termos de escandalosa discriminação entre a região Norte e a região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, como evidenciam os seguintes dados:-----

----- Falta total – 450. -----

----- Falta na região Norte (3 milhões e 600 mii habitantes) – 25. -----

----- Falta na região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo (3 milhões e 600 mii habitantes) – 350 (!)-----

----- Falta nos concelhos de Torres Vedras, Mafra (norte e leste) Sobral, Cadaval e Lourinhã (cerca de 200 mil habitantes) - área designada do Agrupamento dos Centros de Saúde Oeste Sul (ACES) – 25. -----

----- Os médicos são colocados por concurso em que as vagas deveriam ser abertas segundo o critério das maiores carências. Mas não são! -----

----- Em novembro, após as últimas eleições autárquicas, oficiámos ao Gabinete do Ministro da Saúde, à Administração Central do Sistema de Saúde — responsável pelos concursos — e à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo a quem estamos “entregues”. -----

----- Foi nosso propósito insurgir-nos contra a realidade descrita e apelar a que no próximo concurso que se dizia “imminente”, as vagas fossem fixadas de modo a corrigir to grave injustiça no acesso aos cuidados de saúde primários. -----

----- Posteriormente, analisámos todos os Agrupamentos de Saúde (ACES) do continente. Para além do nosso — ACES Oeste Sul — existem mais 54. -----

----- Socorremo-nos de dados de dezembro e posteriormente de janeiro. -----

----- Concluímos que o ACES Oeste Sul se encontra na 48.^o (!) posição numa ordenação crescente na percentagem de pessoas sem médico de família (SMF). Em todo o continente português, dos 7 últimos agrupamentos mais desprotegidos de médicos de família, 6 são da área de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo. E dos 8 imediatamente anteriores ao nosso, 7 são igualmente desta área territorial. Ou seja: dos 16 agrupamentos da cauda da lista 14 encontram-se à responsabilidade da Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT). -----

----- E dos primeiros 35 agrupamentos, 32 pertencem ao Norte ou ao Centro. -----

----- Por que não se demitem os dirigentes da ARSLVT? -----

----- Quanto ao concurso “imminente”, só a 6 de março “viu a luz do dia” — Aviso n° 3023 - A12018, Diário da República, 2 série, daquele dia. -----

----- O quadro anexo ao dito Aviso em que são explicitadas as vagas postas a concurso, mostrou-nos o que não queríamos ver: -----

----- Um agrupamento com 21 utentes sem médico de família (SMF) é distinguido com 5 vagas! ----

----- Outro com 12 utentes SMF justifica a abertura de 1 vaga!-----

----- Um agrupamento com 1380 utentes SMF é premiado com 7 vagas! -----

----- A outro com 1411 utentes SMF são atribuídas 6 vagas!-----

----- E ainda a outro agrupamento com 3272 utentes SMF são concedidas 6 vagas! Pasmos e revolta foram os sentimentos que nos assaltaram. -----

----- Escusado seria acrescentar que todos estes agrupamentos são da região Norte, com exceção de um que é do Centro.-----

----- Ao agrupamento em que estamos inseridos — ACES Oeste Sul — foram atribuídas 3 vagas, assim distribuídas: -----

----- Torres Vedras (com 9986 utentes SMF): 1 vaga.-----

----- Mafra norte e leste (com 10595 utentes SMF): 2 vagas -----

----- “Pregámos no deserto” contra tão grave irracionalidade na afetação de médicos a cada um dos ACES. -----

---- Que vergonhosa discriminação, nos antípodas da equidade que deveria ser preocupação fundamental na afetação de recursos humanos determinantes na proteção da saúde dos nossos concidadãos. -----

----- Quem assim procede ignora o Princípio Constitucional da Igualdade (art.º 13.º da CRP). Ignora o art.º 64.º da Constituição da República Portuguesa que estabelece como incumbência prioritária do Estado “garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos”, em ordem a assegurar a proteção da saúde. Racional?!-----

----- Em conformidade com o que antecede, na defesa dos direitos fundamentais dos nossos concidadãos e atento o disposto no art.º 25.º, n.º 2, alínea j), da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida, nesta data, em sessão extraordinária, delibera:-----

----- Reclamar das entidades competentes do Ministério da Saúde uma cabal explicação do processo que conduziu a to inaceitável distorço na discriminação dos médicos de família pelos 55 agrupamentos de centros de saúde, de que é uma das principais vítimas a população da área do ACES Oeste Sul; -----

----- Reclamar compromissos calendarizados de correção de tão injusta quo grave situação porque atentatória da saúde e até da vida de muitos seres humanos. -----

----- Torres Vedras, 3 de abril de 2018”. -----

----- Pediu palavra a **Sra. Susana Neves** que começou a sua intervenção afirmando que estão

todos de acordo que um estado de ausência de doença e o direito aos cuidados de saúde primários, são um imperativo categórico, que se viu desrespeitado no dia 6 de março, com o Aviso 3023-A, cujo concurso de colocação de médicos de família, respondeu, com e apenas 1 médico de família em Torres Vedras, estando em registo aproximadamente 10000 utentes ainda sem este profissional de saúde. -----

---- Informou que Torres Vedras continua a apresentar um índice de envelhecimento e um índice de dependência nos idosos em elevado crescimento e que comparativamente a Portugal, apresenta iguais a superiores valores nos índices de dependência total e da taxa bruta de mortalidade. De todos os ACES de Lisboa e Vale do Tejo, entre as 4 Taxas Brutas de Mortalidade, o ACES Oeste Sul, encontra-se na 3.^a com maior valor, pelo que questiona que proteção na saúde estão a assistir. -----

---- Assinalou que sem médico de família, a profilaxia da doença, o controlo de doenças infecciosas, o diagnóstico atempado, o planeamento familiar, o acesso em tempo útil a exames complementares de diagnóstico, a gestão dos receituários, o acompanhamento da doença progressiva passa a ser (in)respondível; -----

---- Sem médico de família, situações de carência económica e sem rede de suporte familiar, os utentes ficam desprotegidos, sem capacidade de se deslocarem. A doença tende a evoluir e a linha de cuidados passa a ser a Urgência Hospitalar; -----

---- Sem médico de família, os utentes em contexto de doença e dependência no domicílio, deixam de ser devidamente orientados e conseguir aceder em tempo útil à Portaria 50/2017 de 2/02, no relativo à referenciação para integrarem a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, cuidados esses reabilitativos, cuidados de manutenção, cuidados paliativos ou mesmo um internamento para o descanso do cuidador; -----

---- Sem médico de família, as Instituições de Solidariedade Social, nas suas respostas sociais de apoio domiciliário veem-se confrontadas com um “buraco” de respostas clínicas de proximidade, para um melhor controlo sintomático. Um “vazio” que condiciona a articulação intrainstitucional, a obtenção da figura de um gestor clínico familiar para orientações, visitas domiciliárias, prevenção do agravamento da doença crónica e orientação/ formação aos cuidadores. Nesta ausência, quase sempre, a doença crónica e as co-morbilidades clínicas progridem sem supervisão, evoluindo o utente para uma maior necessidade de cuidados médicos mais especializados, mais caros para o Serviço Nacional de Saúde, em que o encaminhamento à urgência hospitalar torna-se mais uma vez, a solução viável! -----

---- Fez notar que no decurso de uma doença crónica e sintomatologias agudas, seja ela em afectação a uma criança, adulto ou pessoa idosa, quase sempre três medos são referidos: Dor Física; Solidão e o Abandono, e os doentes quase sempre solicitam o «Alívio», a «Segurança» e o

«Reconhecimento», sendo por isso tão determinante a colocação correcta e real dos médicos de família, estes são a 1.ª linha do «Tratamento», «Proteção» e «Valorização» da pessoa doente como um «Todo».-----

---- Referiu que a Administração Central do Sistema da Saúde e da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, assumem o pressuposto antropológico que a doença e a condição de doente converteu-se num assunto tão individual que cada pessoa deve dispor de recursos para se tratar, mas não podem e não querem admitir que a Saúde Privada seja a resolução.-----

---- Ao Grupo Municipal do Partido Socialista não interessa reações antálgicas, defensivas, protectivas, mas sim medidas efectivas.-----

---- Não aceitam concursos tendenciosos e desiguais. Não admitem decisões centrais sem respeito ao diagnóstico que fundamenta uma fragilidade em Cuidados de Saúde Primários. A falta real e sentida de médicos de família em Torres Vedras.-----

---- A moção tem como objectivo desbloquear um diálogo político com a administração central, e pretendem avaliar abertamente com a administração central, tão inaceitável discriminação dos médicos de família e reclamar com a administração central, novos compromissos e calendarizações de concursos para correcção de tão injusta situação.-----

---- Disse ainda que se na sessão ordinária do dia 12 de dezembro de 2017, o PS discordou da moção apresentada pelo Grupo Municipal PPD/PSD e CDS, relativamente à elaboração de um regulamento para a atribuição de incentivos à fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar nas Unidades de Saúde de Torres Vedras, por considerar que esse é por inerência um dever da ARSLTV, não vendo essa resposta efetivada, não podem ficar em silêncio diante da tomada de decisão destes órgão centrais, que sem diagnósticos de necessidades, sem estudos geográficos, sem auscultação dos territórios, fratura com um escopro, os cuidados de saúde primários em Torres Vedras.-----

---- Afirmou que o PS não pactua com uma democracia silenciosa, com um totalitarismo, que viola a pessoa humana na sua condição frágil de doença.-----

---- Concluiu indicando que para o PS são ilegítimas e devem ser anunciadas e combatidas, sem hesitações, as desigualdades no direito à saúde, concretamente aos Cuidados de Saúde Primários.-----

---- A **Sra. Rita Sammer** realçou que a moção em discussão que todos os líderes subscreveram pretende reclamar um cabal esclarecimento e reclamar compromissos calendarizados para resolução da questão.-----

---- Não sabe se terá alguma eficácia, mas sabem que os ofícios que foram enviados duas vezes para as entidades competentes, já reclamavam do mesmo.-----

----- Estranha as palavras do edil, a propósito deste assunto no início da reunião quando disse que estava muito confortável com a situação. Ele acha que tem feito tudo o que lhe compete e quem o ouve falar dá ideia que estão numa posição espectacular, e que efectivamente no dia 2 de maio têm a garantia que vão ser abertas vagas para Torres Vedras. Fica confusa porque lhe parece que há dissonância com o que estão a aprovar e a sua intervenção.-----

----- Quanto à intervenção do membro Susana Neves, comentou que uma tão boa caracterização da situação de doença e do seu impacto pressuporia que todos estivessem unidos na utilização de mecanismos que têm ao alcance para alocar os médicos às populações que estão em falta e nesse sentido há incoerência entre as palavras e depois a tomada de posição.-----

----- O **Sr. António Carneiro** subscreveu o espírito da moção em análise. No entanto há um tom, uma linguagem que não é consentânea pois acha que “reclamar” é apenas fazer barulho e devia ser “exigir”, de acordo com a adjectivação que é dada ao longo de todo o texto que é de uma dureza que não é normal no Presidente da Assembleia, a quem felicita pela coragem. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** disse que se envolveu intensamente com este problema, e o tom da leitura traduz o seu estado de alma.-----

----- Reconhece a coerência e pensa que devia estar “exigir” em vez de “reclamar”, mas a moção é um trabalho conjunto e a mesma é subscrita pelos líderes dos grupos municipais, colocando esta alteração à consideração dos mesmos, o que teve a devida anuência. -----

----- O **Sr. Luís Carlos Lopes**, anotou que em sede de grupo municipal também pensaram fazer uma alteração similar, e ainda bem que o colega António Carneiro levantou a questão. -----

----- Disse sentir-se inquieto pelo facto de o edil estar descansado com sua posição e as suas démarches feitas junto do Ministério da Saúde. -----

----- Acha que é muito tempo para estarem sem resposta. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** confirmou o trabalho que tem feito neste processo e questionou onde andaram durante décadas e durante vários governos, os Conselhos de Administração da Regional de Saúde e Vale do Tejo, para haver estas discrepâncias entre o norte e Lisboa.-----

----- Desse ponto de vista a responsabilidade é só uma. -----

----- Lembrou que quando assumiu a presidência da Câmara Municipal de Torres Vedras recebeu esta herança de 30.000 utentes sem médico de família e tem trabalhado para reduzir este número com a sua equipa.-----

----- Neste contexto, conta com a Assembleia Municipal nesta legislatura para resolver este problema dos médicos de família e revesse na íntegra na moção em apreço-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a moção “Somos Discriminados em Médicos de Família, com a alteração da palavra “reclamar por “exigir”.-----

3 – PROPOSTA N.º 14/CM/2018 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO DE

INVESTIMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO E REMODELAÇÃO DOS CENTROS EDUCATIVOS -

2017/2021:-----

----- Presente ofício número 3022, da Câmara Municipal de Torres Vedras, a dar conhecimento que em sua reunião de 06/02/2018, procurando dar um novo impulso à requalificação do Parque Escolar, deliberou vir a recorrer a empréstimo para financiamento da construção/requalificação dos estabelecimentos de educação referidos em informação que faz parte integrante do processo. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** lembrou que o Presidente da Câmara e os Vereadores disponibilizaram à comissão permanente as adequadas informações sobre a matéria em apreço.--

----- A **Sra. Leonor Marinheiro** começou a sua intervenção remontando a 2006 quando pela primeira vez se falou na construção de novos edifícios educativos através da carta educativa do concelho.-----

----- Assinalou que a definição clara de objectivos realistas, a planificação com a priorização definida, as metas temporizadas e os recursos assegurados permitem hoje continuar a grande tarefa de requalificação e ampliação das escolas do ensino básico.-----

----- Trata-se sem dúvida de uma opção política e filosofia de princípios que se rege pela qualidade educativa e a pretensão de cimentar uma escola moderna com condições físicas que permitem certamente uma melhor prática pedagógica, factores que devem ser enaltecidos e valorizados. Fez notar que o conselho de Torres Vedras já conta com 16 centros educativos.-----

----- Fez notar ainda que a existência de recursos adequados, fundamental para a aprendizagem, socialização e desenvolvimento das crianças e jovens, promovem certamente o sucesso escolar exigindo no entanto uma conjugação de factores, entre os quais a possibilidade de os alunos frequentarem uma escola de dimensão humana onde o desenvolvimento cognitivo do conhecimento bem como os afetos, sejam também a pedra angular na educação.-----

----- Entende que cabe por isso a todos, pais professores, assistentes operacionais e outros intervenientes na educação das crianças, um papel diferente, mas com a corresponsabilização por todo um processo que não se esgota efectivamente em novos edifícios, mas que são pilares e que se encontram consignados no ponto 2, art.º 73.º da Constituição da República Portuguesa.-----

----- A **Sra. Rita Sammer** em nome do grupo municipal que lidera congratulou-se com a proposta em apreço, com a expectativa que se realizará e no final do mandato conseguirem ter todos os centros educativos que são necessários.-----

----- Pensa que devem ter em conta que é um investimento a 20 anos e vai passar por 5 mandatos considerando importante perceber se os investimentos, durante esse período de tempo, se mantêm atuais e que são suficientes, para dar resposta aos desafios da educação.-----

----- Parece-lhe que os equipamentos que estão projectados são da escola de ontem, não são escolas de amanhã. Os alunos estão nas salas de aulas a tempo inteiro e só saem para terem

aulas de educação física -----

----- Não se devia perder a oportunidade, uma vez que o investimento é muito grande e de grande valor e devem ponderar no tipo de equipamento que estão a construir, uma vez que pelo que tem visto noutros países e pela experiência que tem, ao tentarem diversificar as atividades de enriquecimento curricular, verifica-se este constrangimento do espaço. -----

----- Deixou esta sugestão como reflexão, pois pensa que ainda vão a tempo de inovar e não ter medo de fazer diferente. A lógica da sala de aula é tranquila, e percebe, mas essa não é a escola do futuro. -----

----- O **Sr. António Carneiro** agradeceu a intervenção anterior, a qual subscreve. Agradeceu o tom com que a mesma foi feita, no sentido de deixar uma sugestão para que se pense no assunto. -----

----- A **Sra. Leonor Marinheiro** interveio no sentido de reforçar a ideia que foi passada pois considera que é fundamental inovar, independentemente dos espaços físicos construídos, e em termos pedagógicos e educativos há muito a inovar. -----

----- Há um caminho a percorrer, são necessárias estratégias muito diversificadas e a tutela tem responsabilidade nesta mudança. Os professores são ótimos agentes educativos e se lhe derem oportunidades a mudança ocorrerá. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** manifestou a disponibilidade do Executivo para olhar para o modelo educativo de uma forma aberta e sem qualquer compromisso pois o ponto em discussão é muito importante para a educação no concelho de Torres Vedras. -----

----- Lembrou o Vereador Tomé Borges foi o pai da carta educativa do concelho e das dificuldades que teve para cumprir este objectivo do PS. -----

----- Reforçou que projecto apresentado é do mais inovador do que existe em Portugal, inspirado num modelo da Finlândia, com novos conceitos no que respeita ao espaço físico e ao modelo educativo que querem desenvolver. -----

----- Considera uma falácia o membro Rita Sammer dizer que não são centros educativos de última geração. -----

----- Reforçou que são equipamentos projetados com novos conceitos para as salas de aula e espaços de recreio e dentro deste conceito caberá aos professores geri-los, para que Torres Vedras tenham uma educação de excelência. Foram equacionados com o objectivo de contribuir para as gerações vindouras. -----

----- É um modelo do melhor que se faz na Europa e no mundo e estão a ultrapassar o que se fez no passado muito recente já que se trata de um processo muito evolutivo. -----

----- Para tranquilizar o membro reafirmou que são equipamentos de ultima geração, sem luxos mas com a funcionalidade que devem ter para a vivência das crianças, para que efectivamente não estejam fechados numa sala e possam ter a sua liberdade dentro do espaço educativo. -----

----- De seguida solicitou ao Sr. Presidente da Mesa que fosse dada a palavra à Vice-Presidente Laura Rodrigues, que detém o pelouro educativo para alguns esclarecimentos adicionais -----

----- Devidamente autorizada a **Sra. Vice-presidente** começou por agradecer o contributo do membro Rita Sammer, quanto a esta questão de tipologia das futuras escolas básicas que irão construir. É pertinente esta intervenção, mas uma das maiores preocupações da autarquia é a inovação pedagógica e curricular e condições necessárias para essa prática. O fundamental para o trabalho de inovação curricular é efectivamente o trabalho que é feito pelas pessoas. Planeiam de forma flexível em que a inovação pedagógica possa estar presente. -----

----- Não sabem o que vai ser a escola do futuro, têm alguma prespetiva. -----

----- Os espaços escolares que estão projectados, têm como base: flexibilidade, ou seja espaços que podem ser alterados, têm dimensões maiores, polivalentes que permitem a realização de trabalhos conjuntos de várias turmas e ainda se têm preocupado com o aproveitamento do espaço exterior de cada escola, que deve ser cada vez mais um espaço de aprendizagem que deve ser utilizado em todas as atividades, quer de âmbito curricular quer de enriquecimento curricular. -----

----- De novo no uso da palavra a **Sra. Rita Sammer** lembrou que fez uma referência exclusiva à tipologia dos equipamentos no que diz respeito aos espaços da sala de aulas. Lembrou também que na reunião de esclarecimentos, questionou sobre oficinas, salas de expressão, informática para permitir que as crianças não permaneçam na sala de aula, tendo a resposta sido que ocorreria tudo na sala de aula. -----

----- Reafirmou que devem repensar este modelo, pois os alunos não podem ficar o dia inteiro na sala de aula e essa não é a escola do futuro. -----

----- O **Sr. António Carneiro** disse que na sua anterior intervenção, manifestou a sua preocupação e agora ficou esclarecido com os esclarecimentos prestados pela vereadora, agradecendo ambas as intervenções. -----

----- A **Sra. Leonor Marinheiro** tomou novamente a palavra para indicar que a política educativa e as práticas educativas merecem ser avaliadas de uma forma séria e não se esgota com a construção de novos edifícios, que são muito importantes e bem vindos, sendo exemplo disso os centros educativos que já foram construídos. -----

----- Lembrou que a população não é heterogénea, há necessidades de projectos específicos e tem a ver com a dinâmica que é permitida aos professores dentro da sua autonomia para a poderem desenvolver. Os espaços das salas de aulas que já existem dependem dessa dinâmica e da vontade de mudar e de inovar. -----

----- O **Sr. Jacinto Leandro** lembrou que estão a votar uma proposta de plano de investimentos para a construção e remodelação de centros educativos, e queria centrar a questão do ponto de vista político. -----

----- Trata-se e uma estratégia, foi uma opção política clara e é um compromisso do PS.----- ,
----- Regozijou-se com esta iniciativa do Executivo, no sentido de mudar as diferenças ainda existentes no concelho e proporcionar condições de igualdade para todas as crianças, contribuindo de forma determinante para o avanço nesta área.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 36 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a proposta de Plano de Investimentos para a construção e remodelação dos centros educativos – 2017- 2018 – no total de € 32.818.630,00 com IVA distribuídos do seguinte modo: -----

----- 2018:-----

----- Centro Educativo do Turcifal – valor estimado - € 2.028.092,58-----

----- Centro Educativo de Póvoa de Penafirme – valor estimado - € 2.073.580,00;-----

----- Centro Educativo de A-dos-Cunhados – valor estimado – € 4.070.806,00;-----

----- 2019:-----

----- Escola Básica do Ramalhal – valor estimado - € 3.419.700,00;-----

----- Escola Básica da Silveira - valor estimado - € 4.006.580,00;-----

----- 2020:-----

----- Escola Básica do Maxial – valor estimado - € 2.172.400,00;-----

----- Escola Básica da Freiria – valor estimado - € 3.226.490,00;-----

----- Escola Básica de Sarge – valor estimado - € 1.509.729,00;-----

----- 2021:-----

----- Escola Básica n.º 1 Torres Vedras – valor estimado - € 3.738.810,00;-----

----- Escola Básica Conquinha I – valor estimado - € 3.144.481,00.-----

----- Anota-se que se absteve Sérgio Jacinto.-----

4 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA CENTROS EDUCATIVOS:-----

4.1- PROPOSTA N.º 15/CM/2018 - FINANCIAMENTO DA CONCEÇÃO/CONSTRUÇÃO DOS CENTROS EDUCATIVOS DO TURCIFAL E A-DOS-CUNHADOS, ATÉ AO MONTANTE DE €6.098.900,00:-----

-----Presente ofício número 3059, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 22 de março último, a informar que em sua reunião de 20/03/2018 deliberou selecionar a proposta a presentada pelo Banco BPI, S.A., com a taxa indexada à Euribor a 6 meses, acrescida de um Spread de 1,29%, com pagamento das prestações trimestral.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que o ponto 4 visa avançar com o plano de investimentos no parque escolar, sendo este mais um passo que estão a dar. As propostas vencedoras enquadram-se no que a autarquia pretende a nível do spread.-----

-----A Assembleia Municipal tendo presente a competência, prevista na alínea f), do n.º 1, do art.º

25.º, da Lei n.º 75/2012, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 36 votos a favor e 1 abstenção, autorizar a contratação de empréstimo de médio e longo prazos ao BPI, S.A, para financiamento da Concepção/Construção dos Centros Educativos do Turcifal e de A-dos Cunhados, até ao montante de €6.098.900,00.-----

-----Anota-se que se absteve o membro Sérgio Jacinto. -----

4.2 - PROPOSTA N.º 16/CM/2018 - FINANCIAMENTO DA CONCEÇÃO/CONSTRUÇÃO DO CENTRO EDUCATIVO DA POVOA DE PENAFIRME, ATÉ AO MONTANTE DE €2.073.580,00----

-----Presente ofício número 3056 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 22 de março, a informar que em sua reunião de 20/03/2018 deliberou seleccionar a proposta a presentada pelo Banco BPI, S.A., com a taxa indexada à Euribor a 6 meses, acrescida de um Spread de 1,29 %, com pagamento das prestações trimestral.-----

-----A Assembleia Municipal tendo presente a competência, prevista na alínea f), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2012, de 12/09, na sua atual redação,deliberou, por maioria de 36 votos a favor e 1 abstenção, autorizar a contratação de empréstimo de médio e longo prazos ao BPI, S.A, para financiamento da Concepção/Construção do Centro Educativo da Póvoa de Penafirme, até ao montante de € 2.073.580,00.-----

-----Anota-se que se absteve Sérgio Jacinto. -----

-----**Declaração de voto de Sérgio Jacinto:**-----

-----O Torres nas Linhas (TnL), através do seu representante eleito nesta Assembleia Municipal, decidiu abster-se na votação sobre a construção prevista dos centros escolares do Turcifal, da A-dos-Cunhados e da Póvoa de Penafirme por lhe terem subsistido dúvidas sobre as opções tomadas pela autarquia após a verificada discussão de argumentos trocados, designadamente entre a deputada municipal Rita Sammer e a vereadora Laura Rodrigues, as quais reputa de pessoas bastante qualificadas nesta matéria.-----

-----No que diz respeito ao financiamento das referidas obras aprazadas e de um modo geral, absteve-se igualmente em todas as assunções de dívida por parte da autarquia sobre capitais alheios, uma vez que não concebe que a mesma autarquia não faça uso do seu orçamento considerável e dos respectivos capitais próprios para fazer obra sem recurso ao crédito.”-----

5 - PROPOSTA N.º 13/CM/2018 - PROJETO DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA ENCOSTA DE SÃO VICENTE NA CIDADE DE TORRES VEDRAS: -----

----- Presente ofício número 2694 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 9 de março último, a remeter a proposta referente ao projecto em título, aprovado por unanimidade em reunião do Executivo de 06/03/2018. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** informou que a Câmara Municipal proporcionou, em sede de

Comissão Permanente, exposição detalhada que habilitou os deputados presentes. -----

---- A **Sra. Rita Sammer** começou por agradecer a disponibilidade à equipa técnica pelos esclarecimentos prestados. Perceberam que é um projecto de grande monta que vai fazer toda a diferença naquela zona da cidade e nesse sentido é bem vindo. -----

---- Sabem que aquela área de habitação urbana tem população com nível de escolaridade baixo, cerca de 40% com idade ativa estão desempregados, 21% dos alojamentos encontram-se vagos e que entre 2001 e 2011 houve perda significativa de pessoas, alojamentos e edifícios e que o comércio e os serviços são residuais.-----

---- Nesse sentido e percebendo que a autarquia vai fazer um investimento avultado, alerta que pode ser complicado e penalizador o processo de reabilitação dos edifícios e que as penalizações fiscais não tenham o efeito pretendido e questiona a possibilidade do Executivo ponderar a execução de um programa para eventual aquisição desses imóveis nomeadamente para habitação social ou instalação de serviços às populações no futuro. -----

---- O **Sr. Pedro Castelo** disse que se trata de projecto de requalificação vasto e complexo que vai exigir muito esforço da autarquia e dos particulares desta zona. -----

---- Em sede da comissão permanente foi abordada a questão de haver agravamento fiscal aos proprietários que não recuperassem o seu património, lembrando que estão a falar de uma zona que durante anos ficou votada ao esquecimento. -----

---- A autarquia agora prepara-se para exigir aos particulares certas coisas que nunca conseguiu cumprir, sugerindo que mais tarde poderiam discutir um plano para apoiar as pessoas que não ter possibilidade de fazer obras nos seus próprios imóveis. -----

---- Quanto a esta questão o **Sr. António Carneiro** recordou que foi dito que os particulares podiam ter acesso a financiamento essas recuperações.-----

---- Quanto à sugestão da colega Rita Sammer para criar um programa para eventual aquisição desses imóveis, pensa que isso pode levar a desincentivar à recuperação, pois podem dizer que não fazem nada e depois a Câmara Municipal compra. -----

---- De novo no uso da palavra a **Sra. Rita Sammer** reafirmou que têm que ter atenção às pessoas que vivem nesta zona. -----

---- É previsível que haja dificuldade, mesmo acedendo a programas de financiamento, de conseguirem requalificar aqueles imóveis e não lhe parece que sejam pessoas que deixem a zona. -----

---- O programa que sugeriu era no sentido de, à semelhança do que se faz para a habitação social, haver a possibilidade de se ajudar a ultrapassar este problema sem descaracterizar aquela zona. -----

---- O **Sr. Jacinto Leandro**, concordou que se tem de ter atenção às pessoas, uma vez que na maior parte das situações, neste tipo de territórios sujeitos a reabilitações urbana, verifica-se uma

inflação genérica superior a mais 50% do valor do património.-----

---- Lembrou que a autarquia já começou a adquirir imóveis nesta zona há vários anos, mas não tem condições para adquirir todos. -----

---- Lembrou ainda que há legislação específica sobre esta matéria, há direitos e deveres e as pessoas têm benefícios, mas também têm obrigações sendo necessário equilibrar tudo sendo um problema que subsiste em todos os planos desta natureza. -----

---- Terminadas as intervenções foi dada a palavra os **Sr. Presidente da Câmara**, que começou por relevar a importância deste projecto, que visa criar um conjunto de mecanismos que sejam transversais, em que a igualdade de oportunidade possa ser uma referência, não esquecendo o tecido social que ali habita, que está devidamente inventariado.-----

---- Lembrou que a autarquia possuiu dois programas que podem ser utilizados a nível do apoio ao arrendamento e apoio às habitações degradadas, que funciona em parceria com as juntas de freguesia.-----

---- Informou ainda que com a criação desta ARU, há um conjunto de ações com vigência temporizada, que têm que ser monitorizadas durante todo o processo e que é feito de pessoa a pessoa. -----

---- O **Sr. Luis Carlos Lopes** lembrou que estão a falar de um projecto a 15 anos, onde se englobam 25% de edifícios degradados. -----

---- Achou a intervenção do membro Jacinto Leandro proativa de mais pois não sabe se os edifícios valorizam tanto assim.-----

---- A Assembleia Municipal, fazendo uso da sua competência prevista no n.º 1 do art.º 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, deliberou por unanimidade aprovar o Projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Encosta de São Vicente na Cidade de Torres Vedras. -----

6 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO ÂMBITO DO PEDU:

6.1 - PROPOSTA N.º 17/CM/2018 - FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DE PROJETOS COM COMPARTICIPAÇÃO DOS FUNDOS EUROPEUS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO NO ÂMBITO DO PEDU, ATÉ AO MONTANTE DE € 559.564,21: -----

---- Presente ofício número 3057 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 22 de março último a remeter o processo tendente à contratação do empréstimo em título, para o qual em reunião de 20/03/2018 deliberou selecionar a proposta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, com a taxa indexada à Euribor a 6 meses, acrescida de um Spread de 1,10%, com o pagamento das prestações trimestral. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que este ponto 6 trata de processos que já vieram à assembleia municipal e referem-se ao financiamento da contrapartida nacional.-----

----- A **Sra. Rita Sammer**, disse que na reunião permanente solicitou esclarecimentos sobre estes empréstimos, mas na informação que lhes foi remetida não consegue distinguir entre estes dois empréstimos e qual a razão de estarem agendados de forma distinta, tendo o edil prestado os devidos esclarecimentos.-----

----- A Assembleia Municipal, tendo presente a competência, prevista na alínea f), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2012, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 36 votos a favor e 1 abstenção autorizar a contratação de empréstimos de médio e longo prazo para financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos fundos europeus estruturais e de investimento no âmbito do PEDU, até ao montante de € 559.564,21.-----

----- Anota-se que se absteve o membro Sérgio Jacinto.-----

6.2 - PROPOSTA N.º 18/CM/2018 - FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DE PROJETOS COM PARTICIPAÇÃO DOS FUNDOS EUROPEUS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO NO ÂMBITO DO PEDU – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO, ATÉ AO MONTANTE DE € 239.185,79-----

----- Presente ofício número 3058, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 22 de março último, a remeter o processo tendente à contratação do empréstimo em título, para o qual em reunião de 20/03/2018 deliberou selecionar a proposta a apresentada pelo Banco BPI, S.A., com a taxa indexada à Euribor a 6 meses, acrescida de um Spread de 0,875%, com o pagamento das prestações trimestral.-----

----- Tendo presente a sua competência, prevista na alínea f), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2012, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria de 36 votos a favor e 1 abstenção, autorizar a contratação de empréstimos de médio e longo prazo para financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos fundos europeus estruturais e de investimento no âmbito do PDU – Aquisição de equipamento, até ao montante de € 239.185,79.-----

----- Anota-se que se absteve o membro Sérgio Jacinto.-----

7 - PROPOSTA N.º 19/CM/2018 - 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS APROVADO PARA 2018:-----

----- Presente ofício número 3060 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 22 de março último, a remeter a 2.ª revisão em título, tendo presente a deliberação do Executivo de 22/03/2018.-----

----- O **Presidente da Câmara** deu nota que a revisão em título, visa criar rubricas para fazer face a eventuais alugueres de equipamentos informativos e possibilitar a atribuição de apoios financeiros a juntas de freguesia na vertente do desenvolvimento social.-----

----- A **Sra. Rita Sammer**, lembrou que esta é a segunda revisão ao orçamento que lhes é apresentada, já que em fevereiro já tinham aprovado uma revisão com a criação de 8 novas

rubricas, e agora passado um mês, mais duas. -----
---- Pensa que têm que refletir sobre isto, considerando que são muitas rubricas para alterar em tão pouco espaço de tempo e não se tratando de situações emergentes novas que não eram previsíveis, tem dificuldade em perceber que hajam tantas e tão sucessivas. Com tanta revisão terão muita dificuldade em comparar o orçamento aprovado, com a sua concretização. -----
---- Frisou que devia haver um esforço de planeamento, no sentido de prever estas situações, aquando da elaboração do orçamento, tanto mais que se manteve em funções o Executivo do mandato anterior.-----
---- Fez notar que abrem a rubrica com €1 e não ficam com nenhuma ideia do que estão a falar. Se a competência para aprovar as revisões é da Assembleia, solicita que no futuro lhes seja dada alguma informação sobre o valor em causa e qual a contrapartida.-----
---- O **Sr. Pedro Castelo** reforçou este pedido.-----
---- O **Sr. Presidente da Câmara** explicou que aquando da elaboração do orçamento tinham a intenção adquirir, mas entenderam que o aluguer de equipamento informático era a melhor opção, e a rubrica não estava criada para esse efeito.-----
---- Esclareceu ainda que a abertura de rubricas com €1 permite que os processos avancem em função das oportunidades que vão surgindo. -----
---- Quanto à criação de rubrica na vertente de Desenvolvimento Social, informou que se refere ao projecto Domicilius e não tem a informação do valor, porque se trata de um processo dinâmico, que reflecte a tipologia dos serviços médicos/enfermagem que vão sendo desenvolvidos.-----
---- A Assembleia Municipal, fazendo uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 36 votos a favor e 1 abstenção aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2018. -----
---- Anota-se que se absteve Sérgio Jacinto.-----

8 - PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE VÍNCULOS PRECÁRIOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS: -----

8.1 - PROPOSTA N.º 12/CM/2018 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS APROVADO PARA 2018 - AFETAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO CRIADO DE ASSISTENTE TÉCNICO NA DGAU/AAFEV-GRT PARA DGAU/AAFEV: -----

---- Presente ofício número 2695 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de março último, a remeter a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal uma vez que na sequência da publicação da Lei n.º 112/2017, de 29/12, que aprova o programa de regularização de vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP), a Câmara, em sua reunião de 06/03/2018, tendo por base a

informação da Divisão de Recursos Humanos, n.º 75/2018, de 26/02/2018, deliberou considerar que as situações identificadas (62) correspondem a necessidades permanentes dos serviços, cujo vínculo jurídico é inadequado, que se encontram verificados os requisitos mencionados no citado programa, com vista à regularização dos mesmos e a fim de dar andamento ao processo, é necessário promover esta alteração de modo a afetar o posto de trabalho em título. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que o ponto 8.1 se refere a uma transição funcional dentro da mesma divisão e o ponto 8.2, visa a criação de 3 postos de trabalho, no âmbito dos precários, que permite terem duas equipas de sapadores no concelho. -----

---- Pediu a palavra a **Sra. Ana Fiéis**, para indicar que não obstante o Grupo municipal do PSD ser favor da regularização extraordinária de vínculos precários na administração pública e em particular na câmara municipal de Torres Vedras, questionam se todas as situações listadas correspondem efectivamente às necessidades permanentes dos serviços, cujo vínculo jurídico é inadequado e se cumprem os requisitos legais mencionados no PREVPAV.-----

---- Assinalou ainda que a listagem tem 62 nomes, que apresentaram requerimento mas não estão devidamente identificados em que situações se inserem, solicitando os devidos esclarecimentos.--

---- O **Sr. Nelson Aniceto** disse que a informação disponibilizada está bastante completa, tem a identificação de todos os funcionários, e informação mais detalhada poderá por em causa a proteção de dados. -----

---- As alterações propostas a nível do mapa de pessoal merecem aprovação do grupo municipal do PS, tendo presente os parâmetros, competência e os requisitos, estabelecidos pela a Lei 112/2017, terão sido avaliados e conferidos.-----

---- A **Sra. Rita Sammer** questionou se quando aprovaram o mapa de pessoal em dezembro, já estava presente a questão da regularização dos precários, uma vez que foram levantadas um conjunto de questões e nunca ouviu o termo "regularização dos precários".-----

---- Deu nota que na 1.º revisão ao orçamento, são criadas três rubricas que relacionadas com pessoal, questionando como se compagina com o quadro de pessoal e com a regularização dos precários na autarquia. -----

---- Estranha que aguardem esclarecimentos sobre a forma de contabilizar o tempo de serviço prestado e por este motivo digam que "nesta data não existe possibilidade de dar resposta à questão do impacto orçamental desta medida", uma vez que o site da DGAEP dá resposta a este tipo de questões. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que esta é uma das matérias que os socialistas sempre defenderam. A Lei teve um processo evolutivo e através da mesma conseguiram enquadramento para que 64 colaboradores pudessem vir a fazer parte dos quadros da Câmara Municipal, sendo que dois não quiseram. Todos são necessários à organização nas várias áreas. -----

----- Explicou ainda que face ao volume de obras que a autarquia tem à data, foi necessário contratar com uma avença um Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho e pessoal para os espaços verdes, resíduos e oficinas através de Contrato Emprego de Inserção (CEI). -----

----- Quanto à questão dos valores não estarem plasmados, informou que estão à espera de resposta da DGAL, para perceber o impacto financeiro, no entanto com o mapa de pessoal aprovado já há valores previsionais. -----

----- Concluiu que este é mais um passo para regularizar a situação dos trabalhadores. -----

----- A **Sra. Rita Sammer** questionou se no que se refere à DIOM criaram uma rubrica que no fundo vai sempre prever a existência de precários. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que é apenas para esta ação específica. -----

----- A Assembleia Municipal, atenta a competência prevista na alínea o) do n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2018 - Afetação do posto de trabalho criado de assistente técnico na DGAU/AAFEV-GRT para DGAU/AAFEV : -----

8.2 - PROPOSTA N.º 20/CM/2018 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS APROVADO PARA 2018 - CRIAÇÃO DE 3 POSTOS DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL (SAPADOR FLORESTAL): -----

----- Presente ofício número 3064, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 22 de março último a informar que em sua reunião de 20/03/2018, tomando conhecimento da informação n.º 89/2018, datada de 13/03/2018 da Chefe de Divisão de Recursos Humanos e tendo em conta que existem 3 casos que detêm, neste momento, as habilitações necessárias para serem integrados ao abrigo do Programa de Regularização de Vínculos Precários (PREVAP), deliberou propor à Assembleia Municipal, a criação de 3 postos de trabalho de Assistente Operacional (Sapador Florestal).-----

----- A Assembleia Municipal, atenta a competência, prevista nos n.ºs 4 e 5 do art.º 29.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20/06, e alínea o), do n.º 1 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013 de 12/09, ambos na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2008 – criação de 3 postos de trabalho de assistente operacional (sapador florestal).-----

10 - PROPOSTA N.º 23/CM/2018 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E MÉDIA TENSÃO (MT), POR LOTES AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO DA OESTECIM N.º 1/2016: -----

----- Presente ofício número 3061, da Câmara Municipal de Torres vedras de 22 de março último, a

remeter o processo em título, tendo presente o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 20/03/2018, para efeitos de autorização de repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais, prevendo-se os seguintes valores por ano: 2018 - €341.734,08 (+IVA), 2019 - €505.101,12 (+IVA) e 2020 €163,376,04 (+IVA).-----

----- A Assembleia Municipal, fazendo uso da competência prevista na alínea c), do n.º 1; do art.º 6.º, da Lei 8/2012 de 21/02, na sua atual redação, e na alínea c), do n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08/09 e deliberou, por maioria de 36 votos a favor e 1 abstenção autorizar a assunção prévia de compromissos plurianuais e repartição de encargos – “Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão normal (BTN), baixa tensão especial (BTE) e média tensão (MT), por lotes ao abrigo do acordo quadro da OesteCIM n.º 1/2016.” com a previsão dos seguintes valores por ano: 2018 - €341.734,08 (+IVA), 2019 - €505.101,12 (+IVA) e 2020 €163,376,04 (+IVA).-----

----- Anota-se que se absteve Sérgio Jacinto. -----

12 - PROPOSTA N.º 25/CM/2018 - AUTORIZAÇÃO PARA ALTERAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS APROVADOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 08/09/2017 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA – CONCURSO PÚBLICO – NA SEQUÊNCIA DO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO PRÉVIA DO TRIBUNAL DE CONTAS 98/2018:-----

----- Presente ofício número 3055 da Câmara Municipal, de 22 de março último, a remeter o processo em título, para autorizar a alteração dos compromissos plurianuais uma vez em sede de fiscalização prévia, o Tribunal de Contas veio solicitar alguns esclarecimentos. Atendendo ao tempo decorrido desde a elaboração do Relatório Final e a presente data a previsão da repartição da despesa e inerentes compromissos plurianuais autorizadas, encontra-se desajustada. -----

----- A Assembleia Municipal, em cumprimento do exigido pelo art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21/02, autorizou, por maioria de 36 votos a favor e 1 abstenção, a alteração dos compromissos plurianuais aprovados pela assembleia municipal em 08/09/2017 - Aquisição de serviços de locação financeira – concurso público – na sequência do processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas 98/2018, de acordo com os mapas com o apuramento do limite da Dívida Total para 2018 e Dívida total apurada a 28/02/2018 que fazem parte do respetivo processo.-----

----- Anota-se que se absteve Sérgio Jacinto. -----

----- Anota-se que as votações referentes aos pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 12 foram feitas no final da sessão e estavam ausentes os membros António Martins Moreira e Nuno Almeida. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

-----**ENCERRAMENTO**:-----
-----Pelas 01:00 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----
-----Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
